

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

GABINETE DO PREFEITO  
LEI MUNICIPAL Nº 681, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Campo Redondo/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU, nos termos da Lei Orgânica Municipal, **SANCIONO** a seguinte LEI:

TÍTULO I  
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Campo Redondo/RN, para o exercício de 2026, compreendendo:

- I – Orçamento Fiscal; e  
II – Orçamento da Seguridade Social.

TÍTULO II  
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 2º A Receita total é estimada no valor de R\$ 95.674.300,00 (Noventa e cinco milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, e trezentos reais).

**Parágrafo Único.** Incidirá como dedução sobre o valor bruto da receita estimada para o exercício de 2026, à conta retificadora que representará as contribuições automáticas debitadas dos recursos do ente público municipal em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação/Fundeb, o valor de R\$ 6.674.300,00 (Seis milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, e trezentos reais), perfazendo a receita líquida anual o valor de R\$ 89.000.000,00 (Oitenta e nove milhões de reais).

Art. 3º As Receitas que decorrerão da arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, e discriminadas na tabela I, são estimadas com o seguinte desdobramento:

CAPÍTULO I  
DA RECEITA ANUAL PREVISTA

Tabela I

Detalhamento da receita prevista		Valor
<b>Receitas Correntes</b>	<b>R\$</b>	<b>73.643.100,00</b>
Receita Tributária	R\$	4.537.100,00
Receita de Contribuições	R\$	3.248.000,00
Receita Patrimonial	R\$	2.522.100,00
Receita de Serviços	R\$	1.000,00
Transferências Correntes	R\$	63.253.580,00
Outras Receitas Correntes	R\$	81.320,00
<b>Receitas de Capital</b>	<b>R\$</b>	<b>8.709.900,00</b>
Transferência de Capital	R\$	8.709.900,00
<b>Sub Total</b>	<b>R\$</b>	<b>82.353.000,00</b>
<b>Receitas Correntes Extraorçamentária</b>		
Contribuições	R\$	6.647.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>89.000.000,00</b>

CAPÍTULO II  
DA DESPESA ANUAL FIXADA

Art. 4º A Despesa total é fixada no valor de R\$ 85.300.000,00 (Oitenta e cinco milhões, e trezentos mil reais).

**Parágrafo Único.** A diferença entre a Receita e a Despesa, na importância de R\$ 3.700.000,00 (Três milhões e setecentos mil reais), servirá como Reserva de Contingência, que de acordo com o Decreto Lei nº 1.763, de 16 de janeiro de 1980, será usada como recursos para a abertura de créditos adicionais, visando atender a situação não prevista no orçamento, além de possíveis situações de emergência ou de calamidade pública.

CAPÍTULO III  
DESPESA POR PODER E ORGÃO

Art. 5º A Despesa fixada à conta de recursos previstos no artigo 4º desta Lei e executada orçamentária e financeiramente, observada a discriminação constante na tabela II, será fixada de acordo com as unidades administrativas especificadas a seguir:

Tabela II

Detalhamento da despesa fixada		Valor
<b>Poder Legislativo</b>	<b>R\$</b>	<b>2.907.000,00</b>
1.01 - Câmara Municipal	R\$	2.907.000,00
<b>Poder Executivo</b>	<b>R\$</b>	<b>82.393.000,00</b>
2.01 – Secretaria do Gabinete Civil	R\$	1.898.000,00
2.02 – Procuradoria Municipal	R\$	171.000,00
2.03 – Assessorias Específicas	R\$	103.000,00
2.04 – Secretaria Municipal de Administração	R\$	6.080.000,00
2.05 – Secretaria Municipal de Planejamento e Des. Econômico	R\$	197.000,00
2.06 – Secretaria Municipal de Finanças e Tributação	R\$	1.002.000,00
2.07 – Sec. M. de Agricultura, Abastecimento e Rec. Hídricos	R\$	3.389.000,00
2.08 - Secretaria Municipal de Educação e Fundo Municipal	R\$	28.657.955,00
2.09 - Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal	R\$	19.779.425,00
2.10 – Secretaria M. Trabalho, Hab. e Assistência Social e Fundo	R\$	2.218.000,00
2.11 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos	R\$	6.646.120,00
2.12 – Secretaria Municipal do Turismo e Meio Ambiente	R\$	542.000,00
2.13 - Secretaria Municipal de Transporte	R\$	457.000,00
2.14 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	R\$	475.000,00
2.15 - Secretaria Municipal de Juventude	R\$	283.000,00
2.16 - Secretaria Municipal da Cultura e Fundo Municipal	R\$	944.500,00
2.17 - Fundo Municipal de Previdência de Campo Redondo	R\$	9.550.000,00
<b>Sub-total</b>	<b>R\$</b>	<b>85.300.000,00</b>
Reserva de contingência – Prefeitura Municipal	R\$	1.250.000,00
Reserva de contingência – CAMPO PREV	<b>R\$</b>	<b>2.450.000,00</b>
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>89.000.000,00</b>

**Art. 6º** Ficam determinadas como fontes de recursos para orçamentação das receitas ao longo do ano de 2026, as especificadas na tabela III, anexa, com os seus respectivos códigos.

**Art. 7º** O Poder Executivo é autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, para atender insuficiências nas dotações orçamentarias, até o limite de 30% (Trinta por cento), do total de receita orçamentária estimada nesta Lei.

**Parágrafo Único.** Quando a abertura de créditos adicionais suplementares adotar como fonte de anulação, o excesso de arrecadação, e ocorrer reforços para atender dotações vinculadas à despesa com pessoal e encargos sociais, bem como às despesas de convênios, programas, contratos de repasse, acordos, ajustes e/ou semelhantes, os créditos adicionais suplementares abertos com esta finalidade não serão computados no percentual fixado neste artigo.

**Art. 8º** O Poder Executivo é autorizado a celebrar operações de crédito até o limite das despesas de capital fixadas neste orçamento, atendendo as diretrizes fixadas no Inciso III do artigo 167 (Regra de ouro) da Constituição Federal.

**TÍTULO III**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 9º** Pela inexistência de receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, e consequentemente, pela inexistência de efeitos à capacidade financeira do ente, deixamos de demonstrar as possíveis informações orçamentárias regionalizadas, de que trata o Par. 6º do art. 165 da Constituição Federal.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

**Art. 11.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo/RN, Centro Administrativo “Dr. José Alberany de Souza”, em 18 de novembro de 2025.

**RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro  
**Código Identificador:**FAAE373A